



CÂMARA DE IUNA-ES

NOTÍCIAS - GERAL

PARLAMENTARES AUTORIZAM PREFEITURA PROTESTAR DÍVIDAS DE CONTRIBUINTES

COBRANÇA EXTRAJUDICIAL PERMITE COBRANÇA, VIA PROTESTO, DE CONTRIBUINTES QUE ESTEJAM EM DÍVIDA
COM O MUNICÍPIO DE IÚNA



Publicado em 28/01/2016 às 11:23 (Atualizado em 05/12/2025 às 04:37), postado por Silvia Goulart - ImpactMedia, Fonte: Câmara de Iúna

No final de dezembro, os vereadores de Iúna aprovaram o projeto de Lei que institui o sistema de cobrança extrajudicial de créditos da fazenda pública do município. Ou seja, a iniciativa permite que a administração municipal efetue cobrança, via protesto em cartório, de contribuintes que estejam em dívida com a Prefeitura.

De acordo com a justificativa do projeto, a proposta visa diminuir as atrasos de execução fiscal que congestionam e encarecem o Poder Judiciário, e também ajudar no aumento da arrecadação municipal.

A cobrança extrajudicial pelos municípios capixabas foi recomendada pelo Ministério Público de Contas do Espírito Santo (MPC-ES), o Tribunal de Justiça do Espírito Santo (TJES) e o Tribunal de Contas do Espírito Santo (TCE-ES) em ato recomendatório conjunto que estabeleceu o fim de 2015 como prazo final para as prefeituras realizarem as cobranças extrajudiciais de forma mais efetiva.



CÂMARA DE IUNA-ES

?Sou favor?vel. Votando esse projeto, quem ficar? respons?vel pela cobran?a ser? o cart?rio. O devedor pode resolver pagando a d?vida direto no cart?rio e tem seu nome limpo?, comentou o vereador Jonathan Bonfante.

Saiba Mais

- Enquanto uma a??o de execu??o fiscal no Judici?rio pode levar at? nove anos para chegar ao fim, encaminhar esse t?tulo para protesto, conforme previsto na lei federal n? 9.492/97 (Lei do Protesto), proporciona a recupera??o da d?vida pelos entes p?blicos em tr?s dias.

- O devedor que efetuar o pagamento no cart?rio tamb?m tem o menor custo como uma das vantagens, pois n?o precisar? arcar com os gastos inerentes ao processo judicial.

- No cart?rio a d?vida precisa ser paga em at? tr?s dias, ? vista. Mas o protesto n?o impede o devedor de negociar o parcelamento do pagamento diretamente com o credor, levando ao cancelamento do protesto.

- Caso n?o haja pagamento, nem acordo, o CPF/CNPJ ser? negativado junto ?s empresas de cadastro de cr?dito.



AUTENTICAÇÃO

c3d9d53ac1f893d6f03250c71d9aea89

<https://camaraiuna.es.gov.br/noticia/2016/01/parlamentares-autorizam-prefeitura-protestar-dividas-de-contribuintes.html>